

40 VÍCIOS MAIS COMUNS NAS LICITAÇÕES – COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER DE ACORDO COM O TCU

Análise de vícios nos procedimentos de contratação pública

30 de novembro a 04 de dezembro de 2020

Capacitação 100% online

ZÊNITE
ONLINE

Zênite Online

O cenário excepcional que estamos vivendo em razão da pandemia da covid-19 impôs rápidas mudanças na forma como trabalhamos, como nos relacionamos, como vivemos e convivemos. Nesta nova realidade, construir e transmitir o conhecimento também demanda adaptações. A limitação às nossas reuniões presenciais, por enquanto, leva-nos a buscar alternativas para ações de capacitação. Assim, a partir de agora, estaremos juntos e próximos no Zênite Online, o novo formato da Capacitação Zênite.

Com o Zênite Online, vamos interagir em uma plataforma de aulas ao vivo, com conteúdo remodelado e nova configuração, mas com a mesma qualidade e os mesmos diferenciais que colocam a Zênite na liderança quando o assunto é capacitação em contratação pública.

Você faz sua inscrição, recebe *login* e senha e, nos dias e horários marcados, participa das aulas e dos debates com os mais renomados especialistas. E ainda poderá rever a aula por mais 7 dias.

Continuamos ao seu lado para dar conta dos novos e importantes desafios das licitações e dos contratos!

O Curso





Uma estratégia para prevenir a ocorrência de vícios no processo de contratação pública é conhecer, antecipadamente, quais são os principais e os mais frequentes.

Além de evitá-los, o agente público precisa identificar quais vícios podem ser corrigidos pelo saneamento e quais levam à nulidade, no todo ou em parte, do procedimento, conforme a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

Saber de tudo isso permite que o agente público contrate com mais eficiência e resguarde-se de eventuais responsabilizações por decisões equivocadas.

Saiba como evitar, quando sanear e como resolver vícios e falhas nas licitações, com atenção especial para as orientações e as recomendações do TCU.

Programação

 Data de realização 30 de novembro a 04 de dezembro de 2020	 Carga horária 15 horas	 Horários 15h às 18h As aulas terão duração diária de três horas e meia, e será destinado um tempo para as perguntas.	 Replay As aulas poderão ser assistidas por até 7 dias após sua realização.
---	---	--	---

Esta capacitação permitirá a você:

- Identificar os principais vícios do planejamento da licitação e da condução da fase externa e do julgamento do pregão.
- Entender as repercussões desses vícios no planejamento das contratações e no julgamento dos pregões de acordo com a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 10.024/2020 e a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), dominando as boas práticas para evitá-los e conduzindo o saneamento e as correções de falhas conforme os respectivos limites.
- Conhecer os principais entendimentos e as recomendações do TCU e dos tribunais superiores sobre esses assuntos.
- Saber empregar as boas práticas para planejar e conduzir licitações com mais eficiência e afastar apontamentos e responsabilizações pelos órgãos de controle.

Quem deve participar?

Pregoeiros e equipe de apoio, membros do departamento de compras, fiscais e gestores de contratos, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, profissionais dos controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos no planejamento e no julgamento das licitações compras e serviços.

Destaques do conteúdo

Identificação dos vícios e as consequências no procedimento – Entendimentos do Judiciário e do TCU – Impactos da LINDB no regime de invalidação ou convalidação de atos e contratos

Vícios mais comuns no planejamento da licitação

- Escolha da solução e da modelagem de contratação que melhor atende à necessidade administrativa
- Definição do objeto
- Exigência de amostra
- Sistema de Registro de Preços
- Reunião do objeto em lotes e divisão em itens
- Estudo Técnico Preliminar (ETP)
- Empreitadas por preço global e por preço unitário
- Pesquisa de preços de mercado de acordo com a IN nº 73/2020 e elaboração de planilhas
- Habilitação jurídica
- Qualificações técnica e econômico-financeira
- Regularidade fiscal

Vícios mais comuns na fase externa e no julgamento do pregão

- Defeitos na proposta e nos documentos de habilitação – Disciplina do Decreto nº 10.024/2019
- Defeitos na planilha de preços – Regras da IN nº 05/2017

Conheça os professores



GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

Advogado. Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador visitante no Max-Planck-Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht. Educação Executiva pela Harvard Law School (Program on Negotiation). Integra a equipe de professores e consultores externos da Zênite Informação e Consultoria S.A. Foi secretário-adjunto da Comissão de Licitações e Contratos da OAB/SC. Autor das obras *Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI* (Lumen Juris, 2014) e *Diálogos público-privados* (no prelo). Coautor da obra *Contratação de serviços técnicos especializados por inexigibilidade de licitação pública* (Zênite, 2015).



RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação da *Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos* e da Equipe de Consultores Zênite. Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.

REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core
4Gb RAM

Internet de 5mbs (de preferência por cabo)

Browser:

Utilizar o Google Chrome, preferencialmente

Banda ideal:

Inbound participante: 3 mbps

IMPORTANTE: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

AULAS 1, 2 E 3 – PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

Dias 30 de novembro, 1 e 2 de dezembro, das 15h às 18h

IDENTIFICAÇÃO DOS VÍCIOS: CONSEQUÊNCIAS NO PROCEDIMENTO E A RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE

- O que são vícios?
- Quais condutas podem ser adotadas pelo agente público diante de um vício?
- Vícios convalidáveis e os que produzem anulação – Entendimentos do Judiciário e do TCU
- A LINDB e os impactos no regime de invalidação ou convalidação de atos e contratos
- Escolhas e decisões nas contratações – Erro e erro grosseiro – Quais falhas geram responsabilização dos agentes e quais não geram? – LINDB e as decisões do TCU

VÍCIOS MAIS COMUNS NO PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO

DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. Escolha da solução e da modelagem de contratação que melhor atende à necessidade administrativa – O que avaliar sob os pontos de vista técnico e econômico?
2. Exigências excessivas, irrelevantes e que direcionam – O que pode e o que não pode ser exigido?

EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

3. Como disciplinar? – Cuidados na análise e na decisão

EMPREITADAS POR PREÇO GLOBAL E POR PREÇO UNITÁRIO

4. Quando adotar um ou outro regime?

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E A IN Nº 40/2020

5. Falta dos estudos técnicos preliminares na instrução do planejamento – Consequências

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6. Quando o Sistema de Registro de Preços é uma opção?
7. É possível adquirir apenas um item de um lote registrado na ata de registro de preços?
8. Realizar licitação X Aderir a uma ata de SRP vigente – O que deve basear e justificar essa escolha?
9. Quando permitir adesão à ata por não participantes? – O que deve ser ponderado pelo gerenciador e os novos limites à adesão – Entendimento do TCU
10. Exigências e formalidades para a adesão
11. Análise de legalidade pela assessoria jurídica para a adesão à ata
12. Reunião do objeto em lotes e a divisão em itens
13. Quando reunir e quando dividir? – Critérios para a escolha

PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO DE ACORDO COM A IN Nº 73/2020 E ELABORAÇÃO DE PLANILHAS

14. Onde, como e quando pesquisar? – Orientações da IN nº 73/2020
15. Métodos para a estimativa de preços com base nos preços pesquisados
16. Discrepâncias entre os resultados
17. Instrução do processo – O que deve ser juntado para uma instrução segura?
18. Elaboração da planilha de preços pela Administração
19. Definição de preço estimado e de preço máximo – Quando definir preço estimado ou máximo?
20. Erros na pesquisa e na definição dos preços estimado e máximo – Quem responde? – O pregoeiro pode ser responsabilizado? – Verificação no julgamento ou no contrato

AULAS 4 E 5 – PROFESSOR: RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO

Dias 03 e 04 de dezembro, das 15h às 18h

VÍCIOS MAIS COMUNS NA HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 21. Objeto da licitação X Descrição no contrato social da empresa
- 22. Exigência do CNAE compatível

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 23. Capacidades técnica profissional X operacional
- 24. Atestados de capacidade técnica – Quantidade mínima de atestados, quantitativo mínimo a ser comprovado e permissão de somatório
- 25. Registro do atestado – Quando exigir?
- 26. Requisitos mínimos da equipe técnica – Quais os limites?
- 27. Visita técnica – Cabimento, quem deve realizá-la e prazo previsto
- 28. Somatório de atestados relativos a contratos de serviços contínuos executados concomitantemente – Disciplina da IN nº 05/2017
- 29. Exigência de número mínimo de postos e período mínimo de experiência para a contratação de serviços contínuos – Disciplina da IN nº 05/2017
- 30. Exigência de escritório no local da prestação do serviço – Disciplina da IN nº 05/2017

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 31. Apresentação do balanço patrimonial do último exercício já exigível – Como identificá-lo?
- 32. Quais índices contábeis usuais podem ser exigidos?

REGULARIDADE FISCAL

- 33. Certidão válida X Informação *on-line* – O que vale para o julgamento?
- 34. Regularidade fiscal – Exigência em vista do objeto ou perante todas as Fazendas?

FALTA OU FALHA NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 35.**Diligências – Quando e quais os limites para o saneamento?
- 36.**Envio de documentos de habilitação com a proposta comercial, envio de documentação complementar – Saneamento de falhas – Limites – Disciplina do Decreto nº 10.024/2019

VÍCIOS MAIS COMUNS NA FASE EXTERNA E NO JULGAMENTO DO PREGÃO

DEFEITOS NA PROPOSTA E NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 37.**Requisitos técnicos exigidos no edital X Descrição do objeto/serviço na proposta comercial – Divergência – Quando desclassificar, diligenciar ou corrigir e quais os limites? – Disciplina do Decreto nº 10.024/2019
- 38.**Falta da indicação da marca na proposta comercial – Consequências
- 39.**Propostas alternativas – Indicação de duas marcas e dois preços – Procedimento

DEFEITOS NA PLANILHA DE PREÇOS DO VENCEDOR

- 40.**Defeitos que podem ser corrigidos – Como corrigir?
- 41.**Número de correções aceitáveis
- 42.**Saneamento X Alteração de preços unitários e global

INVESTIMENTO

R\$ 1.690,00/PARTICIPANTE

- Lei digital: *Lei de licitações e contratos administrativos* e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do curso
- Certificado

* O certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual da frequência que constará do certificado será calculado de acordo com presença nas aulas on-line (ao vivo) verificada pelo acesso de *login* e senha no sistema por inscrição/aluno.

* Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

* É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

* A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

PAGAMENTO

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho / Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas:

Banco do Brasil - Ag. 3041-4 • c/c 84229-X

Caixa Econômica - Ag. 1525-3 • c/c 1566-2

Banco Santander - Ag. 3837 • c/c 130017258

Banco Itaú - Ag. 3833 • c/c 63040-7

Banco Bradesco - Ag. 2559 • c/c 26622-1

OBS: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

- Boleto
- Transferência bancária
- Depósito

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

(41) 2109-8666

evento@zenite.com.br

www.zenite.com.br